

**CONCURSO PÚBLICO PARA
TÉCNICO-ADMINISTRATIVO****Edital nº 216/2018**

Nível Código

E 129**Cargo: TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS****CADERNO DE QUESTÕES****Instruções ao candidato – parte integrante do Edital – subitem 18.2**

1. Verifique se recebeu o **Caderno de Questões**, o **Cartão de Respostas** e a **Folha de Redação**.
2. Confira se o **Caderno de Questões** é referente ao cargo ao qual está concorrendo. Verifique se constam deste **Caderno**, de forma legível, 65 (sessenta e cinco) questões objetivas e a proposta de **Redação**, caso contrário notifique imediatamente ao Fiscal. Será eliminado do Concurso o candidato que realizar prova para um cargo diferente do qual concorre.
3. Verifique se seus dados conferem com os que aparecem no **Cartão de Respostas** e na **Folha de Redação**, caso contrário notifique imediatamente ao Fiscal. Leia atentamente as instruções contidas neles.
4. Cada questão objetiva proposta apresenta 5 (cinco) opções de respostas, sendo apenas uma correta.
5. No **Cartão de Respostas**, para cada questão, assinale apenas uma opção, pois atribuir-se-á pontuação zero a toda questão sem opção assinalada ou com mais de uma opção assinalada, ainda que dentre elas se encontre a correta.
6. Sob pena de eliminação do Concurso, na **Folha de Redação**, não faça qualquer registro que possa identificá-lo. Da mesma forma não é permitido que você faça uso de instrumentos auxiliares para cálculos e desenhos, ou porte qualquer dispositivo eletrônico, inclusive telefone celular, que sirva de consulta ou de comunicação.
7. O tempo para realização da Prova Objetiva e da Redação é de no mínimo **uma hora e trinta minutos** e no máximo **quatro horas e trinta minutos**. Os candidatos poderão levar o **Caderno de Questões**, faltando, no máximo, uma hora para o término da prova.
8. Durante a realização da prova será feita a coleta da impressão digital, colabore com o Fiscal.
9. Para preencher o **Cartão de Respostas** e a **Folha de Redação**, use apenas caneta esferográfica de corpo transparente e de ponta média com tinta azul ou preta.
10. Ao término da prova, entregue ao Fiscal o **Caderno de Questões**, a **Folha de Redação** e o **Cartão de Respostas** assinado. A não entrega do **Cartão de Respostas** e da **Folha de Redação**, implicará na sua eliminação do Concurso.
11. O Gabarito Preliminar será divulgado no dia 31 de março de 2019, a partir das 16 horas no endereço eletrônico do Concurso.
12. A imagem do **Cartão de Respostas**, contendo a assinatura, impressão digital e respostas assinaladas pelo candidato será divulgada no dia 10 de abril de 2019, a partir das 14 horas no endereço eletrônico do Concurso.

Após o aviso para o início da prova, o candidato deverá permanecer no local de realização da mesma por, no mínimo, noventa minutos.

Parte I: LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO 1

A DISCIPLINA DO AMOR

Lygia Fagundes Telles

Foi na França, durante a Segunda Grande Guerra: um jovem tinha um cachorro que todos os dias, pontualmente, ia esperá-lo voltar do trabalho. Postava-se na esquina, um pouco antes das seis da tarde. Assim que via o dono, ia correndo ao seu encontro e na maior alegria acompanhava-o com seu passinho saltitante de volta à casa. A vila inteira já conhecia o cachorro e as pessoas que passavam faziam-lhe festinhas e ele correspondia, chegava até a correr todo animado atrás dos mais íntimos. Para logo voltar atento ao seu posto e ali ficar sentado até o momento em que seu dono apontava lá longe.

Mas eu avisei que o tempo era de guerra, o jovem foi convocado. Pensa que o cachorro deixou de esperá-lo? Continuou a ir diariamente até a esquina, fixo o olhar naquele único ponto, a orelha em pé, atenta ao menor ruído que pudesse indicar a presença do dono bem-amado. Assim que anoitecia, ele voltava para casa e levava sua vida normal de cachorro, até chegar o dia seguinte. Então, disciplinadamente, como se tivesse um relógio preso à pata, voltava ao posto de espera. O jovem morreu num bombardeio, mas no pequeno coração do cachorro, não morreu a esperança. Quiseram prendê-lo, distraí-lo. Tudo em vão. Quando ia chegando aquela hora, ele disparava para o compromisso assumido, todos os dias.

Todos os dias, com o passar dos anos (a memória dos homens!), as pessoas foram se esquecendo do jovem soldado que não voltou. Casou-se a noiva com um primo. Os familiares voltaram-se para outros familiares. Os amigos para outros amigos. Só o cachorro já velhíssimo (era jovem quando o jovem partiu) continuou a esperá-lo na sua esquina.

As pessoas estranhavam, mas quem esse cachorro está esperando? Uma tarde (era inverno), ele lá ficou, o focinho voltado para aquela direção.

TELLES, Lygia Fagundes. A disciplina do amor. Disponível em: < <http://claricemenezes.com.br/2018/02/05/a-disciplina-do-amor/> >. Acesso em jan. 2019.

01 Considerando-se a organização do texto, a autora utiliza

- (A) os tempos do presente, na maior parte, aproximando-se dos fatos, como se tivesse recorrido a uma câmara de zoom, e aumentando, portanto, a tensão narrativa.
- (B) um narrador onisciente, em 3ª pessoa, na maior parte do texto, tendo em vista que revela ao leitor uma visão mais aproximada

da narrativa, com detalhes da relação de um cão com o seu dono.

- (C) um narrador em 1ª pessoa, a que corresponde o papel de personagem e a não onisciência da narrativa, como fica claro na passagem “Mas eu avisei que o tempo era de guerra” (linha 14).
- (D) o tipo textual descritivo, predominantemente, com o objetivo de qualificar, nomear e situar os seres do mundo, sob um ponto de vista estático, como se verifica na passagem “Foi na França, durante a Segunda Grande Guerra”. (linhas 1- 2).
- (E) o discurso direto, predominantemente, como é possível verificar na passagem: “As pessoas estranhavam, mas quem esse cachorro está esperando?” (linhas 37-38)

02 A palavra “disciplina” presente no título do texto faz referência

- (A) ao relógio preso à pata do cachorro.
- (B) à pontualidade dos animais domésticos.
- (C) à fidelidade de um cachorro a seu dono.
- (D) ao amor que existe entre o cão e o jovem.
- (E) à atitude das pessoas de irem todos os dias ao trabalho.

03 A partir da leitura da passagem “Então, disciplinadamente, como se tivesse um relógio preso à pata (...)” (linhas 22-23), é possível inferir que

- (A) o cachorro, assim que anoitecia, voltava para casa e levava sua vida normal de cachorro, até chegar o dia seguinte quando o dono retornava.
- (B) o cachorro tinha um relógio preso ao corpo para esperar o dono sempre no mesmo horário.
- (C) os animais, apesar de irracionais, são muito espertos e conseguem saber reconhecer as horas.
- (D) as pessoas da vila conheciam o cachorro e faziam-lhe festinhas sempre no mesmo horário, para que ele soubesse a hora de esperar pelo dono.
- (E) o cachorro sempre esperava seu dono no mesmo horário.

04 A passagem “Uma tarde (era inverno), ele lá ficou, o focinho voltado para aquela direção.” (linhas 38-39) revela que o cachorro

- (A) morreu esperando o dono.
- (B) pressentia que o dono estava voltando.
- (C) continuou a esperar pelo dono todos os dias, no mesmo horário.
- (D) gostava de receber os afagos das pessoas que passavam por ele.
- (E) não queria perder cada movimento do retorno de seu dono.

05 A palavra “festinhas”, no texto, significa uma

- (A) pequena festa.
- (B) reunião divertida.
- (C) brincadeira alegre.
- (D) reunião de cachorros.
- (E) brincadeira sem importância.

06 A expressão “aquela direção” da passagem “(...) o focinho voltado para **aquela** direção.” (linha 39) refere-se

- (A) à esquina.
- (B) à praça da vila.
- (C) ao ponto de onde o jovem vinha.
- (D) ao lugar onde aconteceu a guerra.
- (E) à casa onde o jovem e o cão moravam.

07 O termo destacado em “Casou-se a noiva com um primo” (linha 32) exerce a função sintática de

- (A) sujeito.
- (B) objeto direto.
- (C) adjunto adnominal.
- (D) complemento nominal.
- (E) objeto indireto.

08 No trecho “... acompanhava-o com seu passinho saltitante de volta à casa”, a forma verbal destacada encontra-se no mesmo tempo verbal que a seguinte também sublinhada:

- (A) “Uma tarde (era inverno), ele lá ficou...”
- (B) “A vila inteira já conhecia o cachorro...”
- (C) “Pensa que o cachorro deixou de esperá-lo?”
- (D) “Os familiares voltaram-se para outros familiares.”
- (E) “(...) como se tivesse um relógio preso à pata (...)”

09 O trecho “O jovem morreu num bombardeio, mas no pequeno coração do cachorro, não morreu a esperança.” pode ser reescrito da seguinte forma, sem perda de sentido:

- (A) Como o jovem morreu num bombardeio, no pequeno coração do cachorro, não morreu a esperança.
- (B) Já que o jovem morreu num bombardeio, no pequeno coração do cachorro, não morreu a esperança.
- (C) O jovem morreu num bombardeio, portanto no pequeno coração do cachorro, não morreu a esperança.
- (D) O jovem morreu num bombardeio, embora no pequeno coração do cachorro, não tenha morrido a esperança.

(E) O jovem morreu num bombardeio, entretanto no pequeno coração do cachorro, não morreu a esperança.

10 No trecho “Só o cachorro já velhíssimo (era jovem quando o jovem partiu) continuou a esperá-lo na sua esquina”, as duas ocorrências do termo “jovem” exercem, respectivamente, as funções sintáticas de

- (A) predicativo e sujeito.
- (B) sujeito e objeto direto.
- (C) objeto direto e predicativo.
- (D) sujeito e adjunto adnominal.
- (E) adjunto adnominal e objeto direto.

TEXTO 2 (Editado)

A pesquisa científica sobre os efeitos terapêuticos da relação entre seres humanos e animais de estimação começou nos Estados Unidos em meados de 1960. Depois de muitos estudos e observação, ficaram claros os benefícios que são gerados nessa interação. Pensando nisso, a Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação (Abinpet) possui um Grupo de Estudos sobre a Interação Humano e Animal (GE-INTERHA) para fomentar pesquisas que demonstrem a importância dos animais de estimação para a qualidade de vida das pessoas.

Essa convivência, segundo pesquisadores, é capaz de melhorar a autoestima, diminuir problemas do coração e auxiliar a família na diminuição do estresse, na queda da pressão em hipertensos e, principalmente, de melhorar a interação social.

Em um estudo realizado recentemente, ficou comprovado que, em geral, as famílias que têm animais de estimação gastam menos com remédios. Além disso, foi criada a Terapia Assistida por Animais, que pode ser aplicada em diferentes casos médicos, com grandes melhorias para os pacientes. Alguns casos mais conhecidos são os tratamentos de idosos e de crianças com paralisia cerebral, autismo ou hiperatividade.

Os cães e gatos são muito usados, pois são os animais mais próximos do ser humano. As suas visitas causam melhoras sociais, emocionais, físicas e cognitivas de pacientes em tratamento. Acariciar um animal, por si só, já ajuda o paciente a relaxar. Cães e gatos também servem como companhia para idosos solitários, evitando casos de depressão.

A relação entre seres humanos e animais de estimação. Jornal Cruzeiro do Sul, 24/05/13. Disponível em < <https://www2.jornalcruzeiro.com.br/materia/474869/a-relacao-entre-seres-humanos-e-animais-de-estimacao>>. Acesso em jan. 2019. (Adaptado)

- 11 É correto afirmar que o Texto 2
- (A) elenca vários benefícios entre o ser humano e os animais, dentre eles, a diminuição da pressão arterial em pessoas propensas à hipertensão.
 - (B) defende que os animais são solitários e, por isso, precisam da companhia dos humanos.
 - (C) contextualiza o Texto 1, ao asseverar que os animais domésticos evitam casos de depressão entre humanos.
 - (D) vai de encontro ao tema do Texto 1, ao considerar que há efeitos terapêuticos na relação entre seres humanos e animais.
 - (E) ratifica que é possível uma relação de amizade entre animal e ser humano.

12 Sob ponto de vista da Morfologia, a palavra formada pelo mesmo processo de formação do termo “tratamento” é

- (A) ajuda.
- (B) cerebral.
- (C) hipertenso.
- (D) autoestima.
- (E) estresse

13 Dentre as ocorrências da palavra “que”, em destaque nos trechos a seguir, todas são classificadas como pronome relativo, EXCETO

- (A) “(...) ficaram claros os benefícios **que** são gerados nessa interação.”
- (B) “(...) pesquisas **que** demonstrem a importância dos animais de estimação para a qualidade de vida das pessoas.”
- (C) “(...) foi criada a Terapia Assistida por Animais, **que** pode ser aplicada em diferentes casos médicos, com grandes melhorias para os pacientes.”
- (D) “(...) ficou comprovado **que**, em geral, as famílias que têm animais de estimação gastam menos com remédios.”
- (E) “(...) ficou comprovado que, em geral, as famílias **que** têm animais de estimação gastam menos com remédios.”

14 No trecho “Além disso, foi criada a Terapia Assistida por Animais, que pode ser aplicada em diferentes casos médicos, com grandes melhorias para os pacientes”, a palavra sublinhada pode ser substituída por

- (A) onde.
- (B) cuja.
- (C) aonde.
- (D) a qual.
- (E) na qual.

15 As palavras “pesquisa”, “capaz” e “social”, ao serem flexionadas em número, passam por processos ligeiramente diferentes. Outras formas nominais flexionadas da mesma maneira são, respectivamente,

- (A) “cerebral”, “ser” e “vida”.
- (B) “vida”, “ser” e “animal”.
- (C) “cão”, “paciente” e “animal”.
- (D) “cão”, “cerebral” e “paciente”.
- (E) “paciente”, “vida” e “cão”.

Parte II: NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

16 O ato de orçar dentro do serviço público é caracterizado pelo programa de trabalho, que define qualitativamente a programação orçamentária e deve responder, de maneira clara e objetiva, às perguntas clássicas que caracterizam esse ato. Sendo assim, dentro da programação qualitativa, no bloco da estrutura Classificação por Esfera, item da estrutura Esfera Orçamentária, a pergunta clássica a ser respondida é:

- (A) quem é o responsável por fazer?
- (B) em que áreas de despesa a ação governamental será realizada?
- (C) qual é o tema da política pública?
- (D) o que será entregue pela política pública?
- (E) em qual orçamento?

17 A estimativa do montante necessário para o desenvolvimento da ação orçamentária, no Orçamento Público, é uma atribuição da dimensão:

- (A) do capital.
- (B) física.
- (C) financeira.
- (D) patrimonial.
- (E) contábil.

18 De acordo com a classificação funcional da despesa, o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público e que reflete a competência institucional do órgão, como, por exemplo, cultura, educação, saúde, defesa, que guarda relação com os respectivos Ministérios, é a definição de:

- (A) esfera.
- (B) programa.
- (C) ação.
- (D) função.
- (E) elemento de despesa.

19 É da iniciativa do Poder Executivo a Lei Orçamentária Anual que compreenderá os orçamentos:

- (A) fiscal, de investimento e da seguridade social.
- (B) de outras despesas correntes e de capital.
- (C) de pessoal, outras despesas correntes e de capital.
- (D) federal, estadual e municipal.
- (E) monetário e econômico.

20 A Universidade Federal Fluminense - UFF, no seu orçamento anual, tem fixadas as despesas com aquisição de auxílio-alimentação e auxílio-transporte que, no Grupo de Natureza de Despesas (GND), são classificadas como:

- (A) pessoal e encargos sociais.
- (B) outras despesas correntes.
- (C) investimentos.
- (D) inversões financeiras.
- (E) vantagens e direitos.

21 A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) apresentará a orientação para a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), mas suas faculdades vão além dessa orientação. A seguir estão elencadas algumas outras atribuições da LDO, EXCETO:

- (A) dispor sobre as alterações na legislação tributária.
- (B) expressar as metas da administração pública federal.
- (C) estabelecer a estrutura e organização dos órgãos públicos.
- (D) estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- (E) expressar as prioridades da administração pública federal.

22 A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada poder. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio:

- (A) do Ministério Público Federal.
- (B) do Tribunal de Contas da União.
- (C) do Supremo Tribunal de Justiça.
- (D) da Controladoria Geral da União.
- (E) da Secretaria de Orçamento e Finanças.

23 O Ministério Público (MP) é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado. Os princípios institucionais do MP são:

- (A) a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
- (B) a pluralidade, a divisibilidade e a dependência.
- (C) a liberdade, a igualdade e a fraternidade.
- (D) a universalidade, a exclusividade e a periodicidade.
- (E) a responsabilidade, a eficiência e a eficácia.

24 De acordo com o princípio orçamentário da periodicidade, o período de tempo ao qual se referem a previsão das receitas e a fixação das despesas é denominado de:

- (A) ano civil.
- (B) intervalo orçamentário e financeiro.
- (C) ano orçamentário.
- (D) exercício financeiro.
- (E) período contábil.

25 A etapa da receita orçamentária que, além de ser base para se estimarem as necessidades de financiamento do governo, antecede a fixação do montante de despesas que irá constar nas leis de orçamento, consiste na etapa:

- (A) da arrecadação.
- (B) do recolhimento.
- (C) da execução.
- (D) do lançamento.
- (E) da previsão.

26 As receitas do Governo Federal podem ser divididas em primárias e financeiras de acordo com a classificação por identificador de resultado primário. As receitas primárias advêm dos tributos, das contribuições sociais, das concessões, dos dividendos recebidos pela União, doações e convênios e outras receitas primárias. Esse tipo de receita refere-se, predominantemente, às:

- (A) receitas de capital.
- (B) receitas correntes.
- (C) transferências de capital.
- (D) operações de crédito.
- (E) receitas de capital intraorçamentárias.

27 É permitida, de acordo com a legislação, para as despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento, a emissão de empenho do tipo:

- (A) global.
- (B) estimativo.
- (C) ordinário.
- (D) simples.
- (E) desmembrado.

28 Na codificação: 3.3.90.18.00, pode-se identificar uma determinada classificação da despesa por natureza, sendo sua identificação pelos dígitos e seus correspondentes níveis. O 1º dígito identifica a Categoria Econômica, o 2º dígito identifica o Grupo de Despesa, o 3º e 4º dígitos identificam a Modalidade de Aplicação, o 7º e 8º dígitos identificam o Subelemento da Despesa. O 5º e 6º dígitos são responsáveis por indicar o nível de despesa denominado:

- (A) função da despesa.
- (B) aplicação da despesa.
- (C) elemento de despesa.
- (D) execução da despesa.
- (E) fonte da despesa.

29 Receitas públicas, em sentido amplo, são ingressos de recursos financeiros nos cofres públicos, que se desdobram em receitas orçamentárias, quando representam disponibilidades de recursos financeiros para o erário, e ingressos extraorçamentários, quando representam:

- (A) receitas de serviços.
- (B) transferências correntes.
- (C) contribuições.
- (D) receitas correntes intraorçamentárias.
- (E) apenas entradas compensatórias.

30 De acordo com a Lei 4.320/64, o ato da repartição competente verificar a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora, e inscrever o débito desta, é a definição para o estágio da receita pública denominado de:

- (A) recolhimento
- (B) recebimento.
- (C) previsão
- (D) lançamento.
- (E) arrecadação.

Parte III: CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31 A compreensão de alguns aspectos do desenvolvimento da aprendizagem são essências para definir as melhores estratégias de ensino. Segundo Piaget (em Coll, Marchesi e Palacios), há, classicamente, três fatores que são imprescindíveis para o desenvolvimento. São eles:

- (A) a vivência intergrupar; a experiência societal; e a experiência com as pessoas.
- (B) a maturação; a experiência com objetos; e a experiência com as pessoas.
- (C) a maturação; a vivência intergrupar; e a experiência com as pessoas.
- (D) a maturação; a experiência com objetos; e a vivência intergrupar.
- (E) a maturação; a vivência intraindividual; e a vivência intergrupar.

32 Conforme mostra Piaget (em Coll, Marchesi e Palacios), nenhuma aprendizagem consiste apenas em aquisições extraídas da experiência física, mas supõe a intervenção de instrumentos lógicos. Para a posição interacionista, a intervenção necessária do sujeito e dos objetos em qualquer aprendizagem é modulada por fatores internos de:

- (A) assentamento.
- (B) repressão.
- (C) sublimação.
- (D) equilíbrio.
- (E) defesa.

33 Ausubel (em Coll, Marchesi e Palacios) defende uma teoria de aprendizagem em que a nova informação se relaciona de maneira não arbitrária com os conhecimentos que a pessoa já tem. Em sua teoria postula a transformação, tanto do conteúdo assimilado quanto daquele que o estudante já sabia. Trata-se da teoria da aprendizagem:

- (A) por repetição.
- (B) acumulativa.
- (C) significativa.
- (D) clássica.
- (E) transdisciplinar.

34 A aprendizagem, na teoria de Ausubel (em Coll, Marchesi e Palacios), supõe vincular a nova informação com conceitos já existentes na estrutura cognitiva do aprendiz. Tais conceitos são denominados:

- (A) inclusores.
- (B) aditivos.
- (C) conjuntivos.
- (D) articuladores.
- (E) logosóficos.

35 Para Ausubel (em Coll, Marchesi e Palacios), a exposição verbal correta e bem organizada é a forma mais eficiente de ensinar e promover a aprendizagem de conteúdos amplos e complexos; daí que o planejamento e a prática do ensino devam preocupar-se com a apresentação correta da informação para que os alunos possam construir significados precisos e estáveis, que possam ser retidos como corpos organizados de conhecimento. Entre as quatro condições estimuladoras para a compreensão destacadas pelo autor está:

- (A) a definição clara dos recursos auxiliares de ensino no ambiente escolar.
- (B) o planejamento sequencial dos assuntos temáticos com base no calendário escolar.
- (C) a exposição oral pelo professor sem uso de conteúdo ideológico.
- (D) a inserção de comentários divertidos para permitir um hiato no fluxo cognitivo.
- (E) a solicitação aos alunos para que reformulem as proposições com suas próprias palavras.

36 A teoria de aprendizagem de Ausubel (em Coll, Marchesi e Palacios) considera que o sequenciamento dos conteúdos de aprendizagem encontra seu referente ideal na estrutura psicológica do conhecimento e nos princípios que regem sua organização. Tais ideias deram origem a alguns conceitos e instrumentos. São eles:

- (A) os balizadores formais; os mapas conceituais; e o heurístico "UVE".
- (B) os organizadores prévios; os balizadores formais; e o heurístico "UVE".
- (C) os organizadores prévios; os mapas conceituais; e os balizadores formais.
- (D) os organizadores prévios; os mapas conceituais; e o heurístico "UVE".
- (E) os balizadores formais; os mapas conceituais; e o heurístico "UVU".

37 A aprendizagem adequada, segundo Ausubel (em Coll, Marchesi e Palacios), depende das relações que se estabelecem entre:

- (A) o conteúdo; o aluno; e a intervenção do professor.
- (B) o ambiente; os recursos auxiliares; e a intervenção do professor.
- (C) o conteúdo; o ambiente; e os recursos auxiliares.
- (D) o conteúdo; o aluno; e o ambiente.
- (E) os recursos auxiliares; o aluno; e a intervenção do professor.

38 Para que a aprendizagem estratégica seja realizada, Pozo, Monereo e Castelló (em Coll, Marchesi e Palacios) relevam a distinção estabelecida por Shiffrin e Schneider, entre dois tipos de processamento. São eles:

- (A) automático e sincrônico.
- (B) sincrônico e controlado.
- (C) sincrônico e dialógico.
- (D) dialógico e controlado.
- (E) automático e controlado.

39 Segundo Coll, os estudos de Sinclair e Coulthard, realizados a partir da análise das produções verbais de professores e alunos, foram os que mais contribuíram para o discurso educacional. Os resultados desses estudos levaram à conclusão de que a organização das atividades educacionais está estreitamente relacionada com uma estruturação do discurso de natureza hierárquica, cujo elemento básico é a estrutura de intercâmbio denominada:

- (A) IRF.
- (B) UVE.
- (C) RAR.
- (D) UVU.
- (E) ISO.

40 Segundo Coll, no contexto da teoria da conversação de Grice, é descrito o *princípio de cooperação*, que rege as conversas, e as nove regras ou *máximas de conversa*, mediante as quais os participantes tornam possível a cooperação. Estas nove regras de conversação são categorizadas em quatro dimensões. São elas, as máximas de:

- (A) ordenação; de qualidade; da relação; e de modalidade.
- (B) quantidade; da ordenação; da relação; e de modalidade.
- (C) quantidade; de qualidade; da ordenação; e de modalidade.
- (D) quantidade; de qualidade; da relação; e de modalidade.
- (E) quantidade; de qualidade; da relação; e da ordenação.

41 Coll e Martí defendem o uso das novas possibilidades de representação e de transmissão da informação e da comunicação denominadas NTIC, que não criam um novo sistema de signos. O que elas fazem, de fato, é criar, a partir da integração dos sistemas clássicos, condições totalmente novas de tratamento, de transmissão, de acesso e de uso das informações transmitidas pelos suportes clássicos da escrita, das imagens,

do som ou da fala. Estas condições conferem às NTIC características específicas como instrumentos psicológicos, como mediadoras do funcionamento psicológico das pessoas que as utilizam. As principais características apontadas por Coll e Martí são:

- (A) assertividade; polarização; dinamismo; multimídia; e hipermídia.
- (B) formalismo; interatividade; dinamismo; multimídia; e hipermídia.
- (C) formalismo; assertividade; polarização; multimídia; e hipermídia.
- (D) formalismo; interatividade; assertividade; multimídia; e polarização.
- (E) formalismo; interatividade; dinamismo; assertividade; e polarização.

42 Segundo Coll e Martí, a continuidade de estudos sobre o uso de NTIC é necessária, sobretudo em três temas. O primeiro diz respeito ao estudo de mecanismos de influência educacional nos ambientes de ensino e aprendizagem. O segundo, ao estímulo e de situações de aprendizagem colaborativa. O terceiro diz respeito:

- (A) às configurações do processo ensino-aprendizagem.
- (B) ao uso adequado da informação no ambiente institucional.
- (C) às repercussões cognitivas e emocionais.
- (D) ao significado da palavra no contexto do ensino.
- (E) ao olhar diferenciado da gestão na educação.

43 O preenchimento de processos de autorização de cursos de graduação na modalidade presencial é necessário para protocolar o processo no E-MEC. Para isso, é preciso fazer uma análise preliminar. Nos processos de autorização não vinculados a ato de credenciamento, é necessário observar, na IES pleiteante, a validade do ato de credenciamento e:

- (A) os indicadores institucionais IGC e CI.
- (B) a qualidade do projeto pedagógico de curso - PPC.
- (C) o cumprimento dos quesitos para a visita *in loco*.
- (D) a implantação da acessibilidade na IES.
- (E) a instalação de equipamentos nos laboratórios de ensino.

44 Sobre o preenchimento de processos de autorização de cursos de graduação na modalidade presencial, é preciso inserir, no

E-MEC, as *informações de endereço e instalações*. O “endereço principal de um campus ou unidade educacional que agrega endereços vizinhos, no mesmo município, no qual as atividades acadêmicas ou administrativas se dão com algum nível de integração”, deve ser inserido no campo:

- (A) integrador.
- (B) central.
- (C) sede.
- (D) principal.
- (E) agregador.

45 Sobre o preenchimento dos *itens do PPC* nos processos de autorização de cursos de graduação na modalidade presencial, NÃO é necessário o preenchimento do item:

- (A) justificativa para a oferta do curso.
- (B) bibliografia básica e complementar.
- (C) atividades complementares.
- (D) formas de acesso do aluno ao curso.
- (E) representação gráfica de um perfil de formação.

46 Sobre o *detalhamento do curso* no preenchimento de processos de autorização de cursos de graduação na modalidade presencial, merece atenção especial a informação sobre a carga horária do curso. Neste sentido, conforme a Resolução CNE/CES nº 3, de 02/07/2007, “a definição quantitativa em minutos do que consiste a hora/aula é uma atribuição das Instituições de Ensino Superior, desde que feita sem prejuízo ao cumprimento das respectivas cargas horárias totais dos cursos”. A mesma Resolução estabelece que as atividades acadêmicas e de trabalho discente efetivo devem ser mensuradas como carga horária mínima em horas de:

- (A) 40 minutos.
- (B) 50 minutos.
- (C) 60 minutos.
- (D) 70 minutos.
- (E) 80 minutos.

47 Na seção *Informações do PPC*, são apresentados os itens relacionados ao projeto pedagógico de cada curso. Cada item tem um status associado a seu preenchimento no E-MEC, que pode ser de três tipos. São eles:

- (A) preparação; pendente; e concluído.
- (B) iniciar; pendente; e concluído.
- (C) iniciar; preenchimento; e concluído.
- (D) iniciar; rascunho; e concluído.
- (E) preparação; rascunho; e preenchimento.

48 Sobre o *detalhamento de curso*, no preenchimento do processo de autorização de cursos de graduação na modalidade presencial, há a aba Docentes/Tutores Comprometidos. Nesta aba são inseridos os dados dos docentes contratados ou com compromisso firmado com a instituição, informando:

- (A) CPF, área de atuação e função.
- (B) titulação, tipo de contrato (CLT ou autônomo) e função.
- (C) titulação, regime de trabalho e tipo de contrato (CLT ou autônomo).
- (D) área de atuação, regime de trabalho e função.
- (E) titulação, regime de trabalho e função.

49 Os Comitês de Ética em Pesquisa visam, primariamente, salvaguardar:

- (A) a metodologia, os documentos inseridos, a visão teórica e o bem-estar do sujeito da pesquisa.
- (B) os documentos inseridos, a visão teórica, a segurança e o bem-estar do sujeito da pesquisa.
- (C) a dignidade, os direitos, a segurança e o bem-estar do sujeito da pesquisa.
- (D) a visão teórica, a metodologia, os instrumentos e o bem-estar do sujeito da pesquisa.
- (E) a amostragem, a abrangência, a segurança e o bem-estar do sujeito da pesquisa.

50 A avaliação dos protocolos pelo Comitê de Ética deve ocorrer, necessariamente:

- (A) durante a coleta de dados.
- (B) na definição de sujeitos e amostragem.
- (C) antes da publicação dos resultados.
- (D) no período de duração da pesquisa.
- (E) antes do início de qualquer etapa do projeto.

51 No cadastro de projeto no sistema da Plataforma Brasil, os arquivos obrigatórios para inserir são:

- (A) cópia do CPF do pesquisador (digitalizada), o TCLE e uma cópia do projeto completo.
- (B) a folha de rosto digitalizada, cópia do CPF do pesquisador (digitalizada) e uma cópia do projeto completo.
- (C) endereço Lattes do pesquisador, cópia do CPF do pesquisador (digitalizada) e uma cópia do projeto completo.
- (D) a folha de rosto digitalizada, o TCLE e uma cópia do projeto completo.
- (E) a folha de rosto digitalizada, endereço Lattes do pesquisador e uma cópia do projeto completo.

52 A Plataforma Brasil é administrada pelo Ministério do(a):

- (A) Trabalho.
- (B) Saúde.
- (C) Justiça.
- (D) Cidadania.
- (E) Educação.

53 As propostas de pesquisa que contam com uma coordenação central e que são conduzidos em diversas instituições, por pesquisadores ou grupo de pesquisadores distintos, são denominados projetos:

- (A) especiais.
- (B) interinstitucionais.
- (C) institucionais.
- (D) multicêntricos.
- (E) transdisciplinares.

54 O IGC é uma média ponderada envolvendo as notas contínuas de Conceitos Preliminares de Curso (NCPCC) dos cursos de graduação e os Conceitos Capes dos cursos de programas de pós-graduação stricto sensu das Instituições de Educação Superior (IES). Para a pós-graduação, são consideradas as avaliações, realizadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), dos cursos de:

- (A) Especialização, Mestrado e Doutorado.
- (B) Extensão, Mestrado e Doutorado.
- (C) Mestrado Acadêmico, Mestrado Profissional e Doutorado Acadêmico.
- (D) Pós-graduação lato sensu e stricto sensu.
- (E) Mestrado, Doutorado e Pós-doutorado.

55 A nota contínua do Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC contínuo) é calculada conforme a equação

$$IGC_{IES} = \alpha \cdot G_{IES} + \beta \cdot M_{IES} + \gamma \cdot D_{IES}$$

Nesta equação, β é:

- (A) a proporção relativa às matrículas nos cursos de mestrado da IES.
- (B) a proporção de matrículas na graduação.
- (C) a nota média de mestrado da IES.
- (D) a proporção de matrículas nos cursos de doutorado da IES.
- (E) a nota média de doutorado da IES.

56 O CPC é um indicador de qualidade que combina, em uma única medida, diferentes aspectos relativos aos cursos de graduação. Ele é constituído por oito componentes, agrupados em quatro dimensões. São elas:

- (A) desempenho dos estudantes; perfil do concluinte; corpo docente; e percepção discente sobre as condições do processo formativo.
- (B) perfil do concluinte; valor agregado pelo processo formativo; corpo docente; e percepção discente sobre as condições do processo formativo.
- (C) desempenho dos estudantes; valor agregado pelo processo formativo; corpo docente; e percepção discente sobre as condições do processo formativo.
- (D) desempenho dos estudantes; perfil do ingressante; corpo docente; e percepção discente sobre as condições do processo formativo.
- (E) perfil do ingressante; perfil do concluinte; corpo docente; e percepção discente sobre as condições do processo formativo.

57 Para que um curso tenha o CPC calculado, é preciso que ele possua ao menos _____ estudantes concluintes participantes com resultados válidos no Enade, inscritos na condição de regular pela IES.

Para o correto preenchimento da lacuna acima, tem de ser usado o termo:

- (A) 2 (dois).
- (B) 3 (três).
- (C) 4 (quatro).
- (D) 5 (cinco).
- (E) 6 (seis).

58 Para o cálculo do Conceito Preliminar de Curso – CPC, a dimensão Corpo Docente é constituída pelos componentes:

- (A) Nota de Proporção de Especialistas (NEc), Proporção de Mestres (NMc) e Nota de Proporção de Doutores (NDc).
- (B) Nota de Proporção de Mestres (NMc), Nota de Proporção de Doutores (NDc) e Nota de Produção Científica (NPCc).
- (C) Nota de Proporção de Especialistas (NEc), Nota de Produção Científica (NPCc) e Nota de Regime de Trabalho (NRc).
- (D) Nota de Proporção de Mestres (NMc), Nota de Proporção de Doutores (NDc) e Nota Carga horária docente (NCHc).
- (E) Nota de Proporção de Mestres (NMc), Nota de Proporção de Doutores (NDc) e Nota de Regime de Trabalho (NRc).

59 O indicador de qualidade que mede o valor agregado pelo curso de graduação ao desenvolvimento dos estudantes concluintes, considerando seus desempenhos no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e suas características de desenvolvimento ao ingressar no curso de graduação avaliado, é denominado:

- (A) IDE.
- (B) DEI.
- (C) DIG.
- (D) IDD.
- (E) CID.

60 Uma das condições para que um curso tenha o indicador de qualidade, que mede o valor agregado pelo curso de graduação ao desenvolvimento dos estudantes concluintes, é atingir do total de estudantes participantes do Enade com dados recuperados da base de dados do Enem:

- (A) 5% (cinco por cento).
- (B) 10% (dez por cento).
- (C) 15% (quinze por cento).
- (D) 20% (vinte por cento).
- (E) 25% (vinte e cinco por cento).

61 Consideram-se válidos para os procedimentos de cálculo do desempenho dos estudantes (Enade) apenas os resultados dos concluintes que possuem a variável "Tipo de Presença" no Enade igual a:

- (A) 555.
- (B) 334.
- (C) 556.
- (D) 888.
- (E) 887.

62 O Conceito Enade é uma variável discreta que assume valores de 1 a 5, resultante da conversão da Nota dos Concluintes no Enade do curso de graduação c (NC_c). Considere a tabela:

TABELA 1 – Parâmetros de conversão do NC_c em Conceito Enade

Conceito Enade (Faixa)	NC_c (Valor Contínuo)
1	
2	
3	
4	
5	

Fonte: Inep/Daes

A sequência do valor contínuo na Tabela 1 para as faixas é:

- (A) (1) $0,1 \leq NC_c < 0,5$; (2) $0,5 \leq NC_c < 1,5$;
(3) $1,5 \leq NC_c < 2,5$; (4) $2,5 \leq NC_c < 3,5$;
(5) $3,5 \leq NC_c < 5$.
- (B) (1) $1 \leq NC_c < 0,5$; (2) $0,5 \leq NC_c < 1,5$;
(3) $1,5 \leq NC_c < 2,5$; (4) $2,5 \leq NC_c < 3,5$;
(5) $3,5 \leq NC_c < 5$.
- (C) (1) $1 \leq NC_c < 0,945$; (2) $0,945 \leq NC_c < 1,945$;
(3) $1,945 \leq NC_c < 2,945$; (4) $2,945 \leq NC_c < 3,945$;
(5) $3,945 \leq NC_c < 5$.
- (D) (1) $0,1 \leq NC_c < 0,945$; (2) $0,945 \leq NC_c < 1,945$;
(3) $1,945 \leq NC_c < 2,945$; (4) $2,945 \leq NC_c < 3,945$;
(5) $3,945 \leq NC_c < 5$.
- (E) (1) $0 \leq NC_c < 0,945$; (2) $0,945 \leq NC_c < 1,945$;
(3) $1,945 \leq NC_c < 2,945$; (4) $2,945 \leq NC_c < 3,945$;
(5) $3,945 \leq NC_c \leq 5$.

63 Para o cálculo do afastamento padronizado no Componente Específico utiliza-se a equação abaixo.

$$Z_{CE_c} = \frac{CE_{ck} - \overline{CE}_k}{S_{CE_k}}$$

Onde CE_{ck} é:

- (A) a nota bruta em CE do curso de graduação c da área de avaliação k .
- (B) o afastamento bruto em FG do curso de graduação y .
- (C) a média em CE da área de avaliação k .
- (D) o desvio-padrão em CE da área de avaliação y .
- (E) a média ponderada do conceito Enade do ciclo anterior.

64 O Resumo Técnico da Educação Superior consiste numa publicação institucional do Inep, elaborado segundo o princípio da:

- (A) periodicidade.
(B) impessoalidade.
(C) segurança.
(D) homogeneidade.
(E) assertividade.

65 Trata-se de uma publicação de caráter técnico sobre os resultados de determinada edição do Censo da Educação Superior, com o objetivo de divulgar seus resultados. Reúne, de modo geral, informações sobre instituições de educação superior (IES), abrangendo:

- (A) cursos de graduação; cursos de pós-graduação; vagas e suas modalidades de ensino; matrículas; ingressantes; concluintes; e funções docentes.
- (B) organização acadêmica e categoria administrativa; cursos de graduação; cursos de pós-graduação; matrículas; ingressantes; concluintes; e funções docentes.
- (C) organização acadêmica e categoria administrativa; cursos de graduação; vagas e suas modalidades de ensino; matrículas; ingressantes; concluintes; e funções docentes.
- (D) organização acadêmica e categoria administrativa; cursos de graduação; vagas e suas modalidades de ensino; infraestrutura física; ingressantes; concluintes; e funções docentes.
- (E) organização acadêmica e categoria administrativa; cursos de graduação; vagas e suas modalidades de ensino; matrículas; ingressantes; concluintes; e infraestrutura física.

Parte IV: PROVA DE REDAÇÃO

Instruções

- 1 O texto deve ser escrito na modalidade culta da Língua Portuguesa.
- 2 O rascunho da Redação deve ser feito no espaço apropriado.
- 3 O texto definitivo deve ser escrito à tinta, na folha própria, entre 20 e 25 linhas.
- 4 A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.
- 5 Em qualquer das situações expressas a seguir, será atribuída a nota zero à redação que:
 - 5.1 tiver menos de 20 linhas;
 - 5.2 fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo–argumentativo;
 - 5.3 apresentar identificação do participante;
 - 5.4 apresentar termos inadequados, tais como: vocabulário ofensivo, vulgar e/ou obsceno, receitas culinárias, orações, pedidos de ajuda, súplicas, ameaças, protestos, desenhos etc.

TEXTO 1



Disponível em: < <https://direitodetodos.com.br/todos-sao-iguais-perante-a-lei/>> Acesso em jan. 2019.

TEXTO 2

Todos são iguais perante a lei é uma frase que todo brasileiro já ouviu em sua vida, seja em meio a uma discussão de um direito, uma brincadeira entre amigos, análises jornalísticas nem sempre tão embasadas, entre outros momentos. Contudo, nos cabe fazer uma pergunta: será que realmente todos são iguais perante a lei?

O principal embasamento para a frase “todos são iguais perante a lei” é o princípio constitucional da isonomia, também chamado de princípio da igualdade. Veja o que diz o “caput” do art. 5º da Constituição Federal:

“Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes”.

Pela simples leitura do artigo constitucional, temos a impressão de que cada cidadão residente no Brasil deve ser tratado de maneira igual independente de sua condição econômica, raça, credo, sexo, e assim por diante. Contudo, não é o que ocorre na prática e isso, nem sempre, é motivo de preocupação ou algo ruim.

Antigamente, o grande e saudoso Ruy Barbosa já dizia que a regra da igualdade é tratar desigualmente os desiguais na medida em que se desiguam.

Você pode estar pensando agora: como assim, tratar desigualmente os desiguais se todos são iguais perante a lei?

De forma simples, sem adentrarmos em questões filosóficas ou profundamente jurídicas, (...), o que o princípio da isonomia e o nobre Ruy Barbosa querem dizer é que a verdadeira desigualdade seria tratar igualmente aqueles que são desiguais. Veja [um exemplo] para facilitar a sua compreensão.

Exemplo 1: Não há dúvidas de que homens e mulheres possuem inúmeras diferenças biológicas e psicológicas, para citar apenas duas. Tanto os homens como as mulheres possuem direitos e deveres trabalhistas, porém, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) contém a Seção I do Capítulo III chamada “Da proteção do trabalho da mulher”, em que existem regras específicas às trabalhadoras e isto não é nenhum desrespeito ao princípio da igualdade.

(...)

PIACENTI, Felipe. Todos são iguais perante a lei? In: Direito de todos, 02/06/2015. Disponível em: < <https://direitodetodos.com.br/todos-sao-iguais-perante-a-lei/> > Acesso em jan. 2019. (Adaptado).

Após a leitura dos textos 1 e 2, desenvolva seu texto dissertativo-argumentativo a partir das seguintes questões:

TODOS SÃO IGUAIS PERANTE A LEI? A VERDADEIRA DESIGUALDADE SERIA TRATAR IGUALMENTE AQUELES QUE SÃO DESIGUAIS?

Defenda seu ponto de vista sobre o tema, apresentando argumentos consistentes, de maneira clara e encadeada. Preste atenção à progressão textual, à coesão e à coerência.

RASCUNHO

5

10

15

20

25